

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA (RAE 01/2014)

Data: 07 de abril de 2014

Horário: das 14h30min às 16h20min

Local: Salão Nobre da Presidência

Mediador: Juiz Ricardo Fioreze

Participantes:

Cleusa Regina Halfen – Presidente,

Ana Luiza Heineck Kruse - Vice- Presidente,

Beatriz Renck - Corregedora Regional,

José Felipe Ledur - Diretor da Escola Judicial,

Rosane Serafini Casa Nova - Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico,

Ricardo Fioreze - Juiz Auxiliar da Presidência,

Andréa Saint Pastous Nocchi - Juiza Auxiliar da Corregedoria,

Luiz Fernando Taborda Celestino - Diretor-Geral,

Onélio Luis Soares dos Santos - Secretário-Geral Judiciário,

Soraia Bohn - Secretária-Geral da Presidência,

Mauro Baltar Grillo - Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas,

Natacha Moraes de Oliveira - Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações,

André Soares Farias – Diretor substituto da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações,

Gabriel Pereira Borges Fortes Neto - Diretor da Secretaria de Comunicação Social e

Sandro Schiavon - Diretor em exercício da Secretaria de Administração.

Apoio:

Romy Bruxel

Andréa Buhl da Silva

Márcia Dias Ferreira

Giordana Kalisz de Oliveira

Pauta:

- 1 - Análise crítica do Plano Estratégico - período 2012 a 2013;
- 2 - O desempenho do TRT4 comparado a outros TRTs;
- 3 - O TRT4 e as Metas Nacionais;
- 4 - Proposta de nova orientação do Plano Estratégico do TRT4;
- 5 - Os novos projetos estratégicos.

Apresentação:

A apresentação está disponível em

[T:\5 GESTÃO ESTRATÉGICA\5 RAEs\RAEs 2014\RAE abril 2014](#)

Deliberações:

Dr. Fioreze iniciou a apresentação informando que a última RAE aconteceu em junho de 2013 e que, para novembro do mesmo ano, havia sido prevista a realização de outra, que foi cancelada. Lembrou que para 2014 estão agendadas mais duas RAEs, para os dias 04 de agosto e 17 de novembro, respectivamente.

Informou que está em elaboração o Plano Estratégico do Poder Judiciário Nacional, que contemplará o período 2015-2020. Assim, em 2015 o Plano Estratégico do TRT4 será revisto novamente, com o objetivo de ser ajustado às novas diretrizes.

1. Análise crítica do Plano Estratégico - período 2012 a 2013

Como primeiro ponto de pauta foi feita uma análise crítica do Plano Estratégico (PE) que vigorou no biênio 2012-2013. Foram apresentados os principais indicadores do Plano Estratégico. Havia, naquela versão do Plano, 28 indicadores, em relação aos quais foram atingidos 61% das metas. Foi destacado que esse índice de cumprimento, embora pareça razoável, deve-se ao fato de ter sido exercido um índice de tolerância de 10% em relação aos valores das metas, ou seja, quando atingido 90% do valor fixado, a meta foi considerada cumprida. Caso essa tolerância não tivesse sido aplicada, apenas 39% das metas teriam sido atingidas.

Foi destacado que algumas das metas, embora tenham sido cumpridas, só o foram porque pouco ousadas. Uma das que se encaixa nessa situação é o Tempo médio de tramitação na fase de liquidação. Outra meta que mereceu destaque foi o tempo médio de tramitação dos processos originários de 2º Grau, que não foi atingida em 2013. O motivo teria sido o acentuado aumento das ações de dissídios coletivos.

Outra meta que não foi atingida refere-se ao tempo para encerrar 80% das execuções. Em 2013, esse prazo foi de quase 2400 dias, demonstrando que a fase de execução ainda é muito crítica na Justiça do Trabalho gaúcha.

2. O desempenho do TRT4 comparado a outros TRTs

Dr. Fioreze explicou que foi criado pelo CNJ um novo indicador para medir o desempenho dos tribunais. Trata-se do IPCJus - Índice de Produtividade Comparada da Justiça. Segundo a metodologia adotada, os tribunais são separados por porte e seus resultados são medidos pela quantidade de processos baixados em relação à estrutura disponível. O TRT4 ficou em quinto lugar entre os cinco tribunais do trabalho de grande porte. Seu índice foi de 76%, sendo que o TRT2 (São Paulo) obteve o índice de 100%.

3. O TRT4 e as Metas Nacionais

Foi mostrado histórico do desempenho do TRT4 no alcance das Metas Nacionais. Nos dois últimos anos, o percentual de atingimento foi de 60%. As Metas que o TRT4 tem mais dificuldade em atingir são as relacionadas à atividade-fim.

Até 2013, os projetos estratégicos contribuíram pouco para que as Metas fossem alcançadas, pois os projetos se concentravam na área meio. Dos quinze projetos em andamento no biênio 2012-2013, apenas três tinham foco na área fim. Para mudar essa situação, a nova versão do Plano proposta passará a priorizar projetos com mais impacto na área fim, o que deverá também melhorar a posição do TRT4 no IPCJus.

Em relação às Metas Nacionais para 2014, as Metas 1, 2, 5 e 6 estão focadas na resolução de processos, sendo que a 1, 2 e 6 se referem à agilização dos julgamentos, e a Meta 5 à agilização da execução. Foi defendido que a Meta 5 merece projeto específico, pois o TRT4 continua com dificuldade de cumprir metas referentes a essa fase do processo. Em 2013 havia uma meta referente à execução, que foi cumprida somente porque houve mudança no critério de cálculo.

As metas específicas para a Justiça do Trabalho tratam, respectivamente, de oficinas de gestão para magistrados e cursos de desenvolvimento gerencial para servidores. Dr. Fioreze diz que já estão trabalhando para que essas metas sejam atingidas com tranquilidade.

4. Proposta de nova orientação do Plano Estratégico do TRT4

Apresentada a situação do TRT4 em relação às Metas Nacionais e ao IPC-Jus, foi proposta uma nova orientação ao Plano Estratégico. A mudança de orientação trata, basicamente, de incluir as Metas Nacionais no Plano Estratégico do TRT4, priorizar projetos que contribuam para atingir essas Metas e melhorar o gerenciamento dos projetos estratégicos. A proposta de nova orientação foi aceita pelo Comitê.

5. Os novos projetos estratégicos

Aprovado o novo foco do Plano Estratégico, passou-se a discutir sobre os projetos que comporão o portfólio de projetos.

Dentre os projetos em andamento, irão continuar como estratégicos:

Processo Judicial Eletrônico: o principal projeto do TRT4 no momento, continua a ter status de estratégico;

Atendimento ao Público: serão criadas Centrais de Atendimento ao Público em municípios do interior que já receberam o PJe-JT;

Gestão em 1º Grau: continuará somente nas duas unidades piloto (2ª VT de Esteio e 2ª VT de Porto Alegre). Não será ampliado em 2014 por falta de estrutura da Assessoria de Gestão Estratégica;

Sentença líquida: foi defendida a continuidade do projeto, tendo em vista que tem idoneidade para reduzir o tempo médio de tramitação dos processos na fase de liquidação. Seguiu-se um debate sobre a forma de aumentar a quantidade de sentenças líquidas, o que será levado para discussão no âmbito do projeto específico.

Promoção da Saúde Ocupacional: a proposta inicial era que prosseguisse, mas sem fazer parte do rol de projetos estratégicos. Dr. Ledur sugeriu que continuasse como estratégico, tendo em vista que, com a implantação do PJe, o número de afastamento de servidores aumentou. Dra. Cleusa concordou com Dr. Ledur, afirmando que a saúde é um tema objeto de preocupação por parte do Tribunal.

Serão desenvolvidos dois projetos de apoio ao Processo Judicial Eletrônico, em decorrência de riscos identificados ao longo de 2013. São eles:

**Reorganização do trabalho nas unidades com PJe e
Qualificação de Servidores.**

Os projetos que serão desenvolvidos para auxiliar no cumprimento das Metas Nacionais são:

Agilização dos julgamentos, para atender às Metas Nacionais 1, 2 e 6.

Agilização da execução, para atender à Meta 5. A propósito desse projeto, foi sugerida pelo Dr. Ledur a criação de uma central de inteligência que atue na execução, a exemplo do que já existe em outros tribunais. Dra. Andréa, por outro lado, defendeu que o juiz não deve ser desapropriado da tarefa de execução. Segundo ela, o juiz deve ser empoderado, e não ter tirada a sua competência. Dr. Fioreze finalizou a discussão, dizendo que o conteúdo dos projetos ainda não está definido, e que para isso serão formadas equipes com envolvimento de diversas áreas, inclusive da Escola Judicial.

Distribuição da força de trabalho, para atender à Meta 3.

Oficinas de gestão para magistrados, para atender meta específica para a Justiça do Trabalho.

Desenvolvimento gerencial, também para atender meta específica para a Justiça do Trabalho.

Existem dois projetos que integravam o Plano Estratégico e **deixarão de constar** na nova versão. Foi salientado que os projetos não perdem em importância, mas que já têm base de sustentação suficiente para continuar independentemente do Plano. São eles:

Implantação de Solução de Apoio à Decisão (BI) e Comunicações Unificadas.

Alguns dos projetos foram **encerrados** recentemente ou estão na fase final. São eles:

Justiça mais próxima: foi elaborada proposta de alteração de jurisdição para doze municípios, o que está na pauta da próxima sessão ordinária do Órgão Especial;

Consolidação do Escritório de Projetos Estratégicos;

Melhoria da Qualidade de Vida;

Melhoria da Comunicação Interna;

Plano de Comunicação Externa;

Otimização das Rotinas;

Reestruturação Organizacional;

Relações Internas.

6. Outros assuntos

Dra. Rosane comentou que no Relatório de Análise Crítica do Plano Estratégico consta que “a função da Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico está esvaziada, não lhe restando atribuição exclusiva”. Como presidente da Comissão, afirmou que sua função não mais ficará esvaziada, mas que trabalhará em conjunto com a área de gestão estratégica, participando das decisões. Dra. Cleusa apoiou a posição da Dra. Rosane, afirmando que quer usar os subsídios que a Comissão fornecer. Solicitou que os materiais produzidos em relação ao planejamento estratégico sejam enviados sempre primeiramente para a Comissão, que deverá ser incluída no fluxo. Dr. Fioreze justificou a existência do registro dado o caráter técnico e a finalidade do Relatório, qual seja, expor a situação verificada pela área de gestão estratégica, mediante análise retroativa, e lembrou que a situação relatada se refere ao período 2012-2013.

Dr. Ledur criticou o uso das expressões “colaboradores” e “governança” nos materiais elaborados pela Assessoria de Gestão Estratégica. Em relação a “colaboradores” houve concordância e foi decidido que a palavra será substituída.